

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	5
5.4 - Alterações significativas	7
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	8

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	9
10.2 - Resultado operacional e financeiro	18
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	19
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	24
10.5 - Políticas contábeis críticas	28
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	40
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	41
10.8 - Plano de Negócios	42
10.9 - Outros fatores com influência relevante	44

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos****5.1 - Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:**

- a) **Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.**

Não há uma política formalizada para gerenciamento de riscos na empresa.

- b) **Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver incluindo:**

- (i) **os riscos para os quais se busca proteção.**

Não há uma política formalizada para gerenciamento de riscos na empresa.

- (ii) **os instrumentos utilizados para proteção.**

Não existe uma política formalizada para gerenciamento de riscos na empresa.

- (iii) **a estrutura organizacional para gerenciamento de riscos.**

Não existe uma política formalizada para gerenciamento de riscos na empresa.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado****5.2. Em relação aos riscos de mercado, indicados no item 4.2, informar**

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política; b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

Não existe uma política formalizada.

b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

(i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção;

***Risco de crédito***

A Companhia e suas controladas restringem a exposição a riscos de crédito associados a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras sólidas e com remuneração em títulos de curto prazo. Com relação às contas a receber, que estão sujeitas a riscos de crédito e que de forma geral não têm garantias, os procedimentos adotados para minimizar os riscos comerciais incluem a seletividade dos clientes, mediante uma adequada análise de crédito, estabelecimento de limites de venda e prazos curtos de vencimento dos títulos. As perdas estimadas com esses clientes são integralmente provisionadas.

***Risco de taxa de cambio***

Este risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa ou receita financeira e os saldos ativos ou passivos de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além disso, este risco influencia o preço de alguns insumos que são cotados em moeda estrangeira e pode afetar positiva ou negativamente o custo do produto vendido. A Companhia não possui instrumentos derivativos para proteção do risco de oscilação da taxa de cambio.

***Risco de taxa de juros***

Decorre da possibilidade de a Companhia e as suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pês-fixadas.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado*****Risco de preço dos insumos.***

Esse risco está relacionado á possibilidade de oscilação no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados nos processos produtivos da Companhia. Para minimizar este risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preços dos insumos utilizados em seus processos produtivos, de forma a otimizar a equação do custo do produto vendido.

***Risco de liquidez***

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de créditos bancárias e linhas de credito para captação de empréstimos que julgue adequado, através do monitoramento continuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

**(ii) a estratégia de proteção patrimonial (hedge);**

A companhia tem como política não utilizar hedge para proteção dos riscos patrimoniais.

**(iii) os instrumentos utilizados para a proteção patrimonial (hedge);**

A companhia tem como política não utilizar hedge para proteção dos riscos patrimoniais.

**(iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos ;**

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é aprovada pelo Conselho de Administração para aprovação e operacionalização da estratégia apresentada. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

**(v) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (Hedge) e quais são esses objetivos;**

A companhia não utilizou hedge para proteção dos riscos patrimoniais.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

**(vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado.**

A Companhia entende que sua estrutura operacional de controle interno está adequada

**c) A adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.**

A Companhia entende que sua estrutura operacional de controle interno está adequada

.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

**5.3- Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:**

- a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las;**

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade (Internacional Financial Reporting Standards "IFRS") emitidos pela International Accounting Standards Board "IASB" e interpretações emitidas pela International Financial Reporting Interpretations Committee "IFRIC", implantados no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis "CPC" e suas interpretações "ICPC" e orientações "OCPC", aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários "CVM".

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

Quando da identificação de eventuais imperfeições, a Companhia efetua os respectivos entendimentos, prepara plano de ação para eliminar eventual imperfeição e procede com correção e mantém monitoramento para que não exista mais tal imperfeição.

- b) as estruturas organizacionais envolvidas;**

As estruturas organizacionais das áreas responsáveis, bem como o corpo diretivo da Companhia, sempre estão envolvidos com foco nas melhorias, implementações de planos de ação quando identificado alguma imperfeição, com vistas à correção ou à adequação das possíveis imperfeições.

- c) como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento;**

A eficiência dos controles internos é supervisionada e acompanhada pela área de controladoria e pelo corpo diretivo com acompanhamento mensal das variantes.

- d) deficiências e recomendações pelos controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente;**

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

Com relação aos controles internos, os pontos de deficiências e recomendações apontados pelo auditor independente são: i) Ausência de organograma e descritivos das áreas internas, cuja recomendação é a elaboração de um trabalho com descritivo de cargos e organograma para cada área da companhia; ii) Compras - Ausência de saldo em contratos de remessa, neste caso a recomendação é a revisão dos saldos dos contratos previamente definidos; iii) Compras – Ausência de política de renovação dos contratos com fornecedor, cuja recomendação é o estabelecimento de um prazo de renovação para os contratos com os fornecedores; e iv) Vendas/Expedição – Separação manual dos produtos para expedição, cuja recomendação é a implementação de um sistema de separação e expedição por bipagem.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas**

**5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.**

Não houve alterações significativas nos principais riscos a que a companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.



## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**

### **5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.**

A administração da Companhia entende que todas as informações que julgam ser necessárias e relevantes foram devidamente divulgadas itens anteriores.

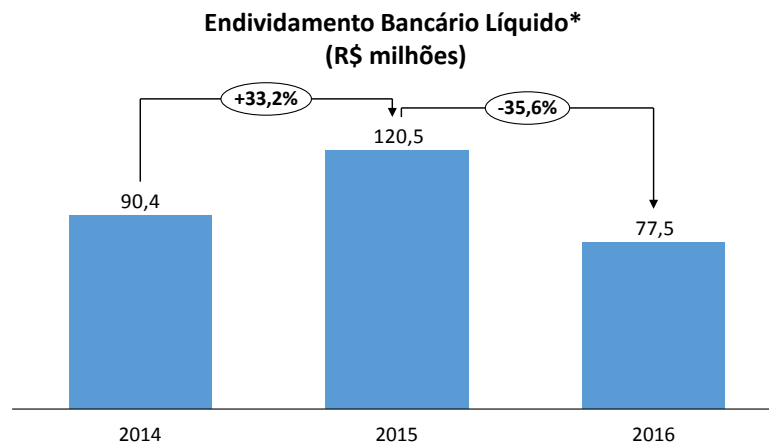
## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### 10.1 Condições financeiras e patrimoniais gerais.

#### a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A empresa renegociou suas dívidas com fornecedores de matérias-primas e readequou suas linhas de créditos financeiros, a fim de garantir o pagamento em condições compatíveis com fluxo de caixa de suas operações, evitando rupturas de vendas por falta de produtos.

A Companhia encerrou o exercício de 2016 com o endividamento bancário líquido de R\$ 77,5 milhões, -35,6% menor quando comparado ao ano de 2015, cujo valor ao final do exercício era de R\$ 120,5 milhões.



\*Não compõe o cálculo do endividamento bancário líquido, as operações com Fomento garantidas por meio de duplicatas a receber no valor de R\$ 67,4 milhões, considerando apenas a parte que não está garantida por recebíveis, no montante de R\$21,4 milhões. Atualmente a Companhia opera com as empresas “BS Fomento” e “Red Asset”.

#### Capital Circulante Líquido - CCL

O capital circulante líquido passou de R\$ 225,7 milhões negativos em 2015 para R\$ 341,8 milhões negativos em 2016. A variação é devida principalmente, pela redução dos estoques através de melhoria da gestão, visando beneficiar o capital de giro, e ao aumento das obrigações fiscais. Em fevereiro de 2017, a Bombril aderiu ao Programa de Regularização Tributária (PRT), o que resultará na regularização dos impostos federais com a quitação de 76% dos débitos via saldo de prejuízo fiscal acumulado e o restante parcelado em 24 parcelas.

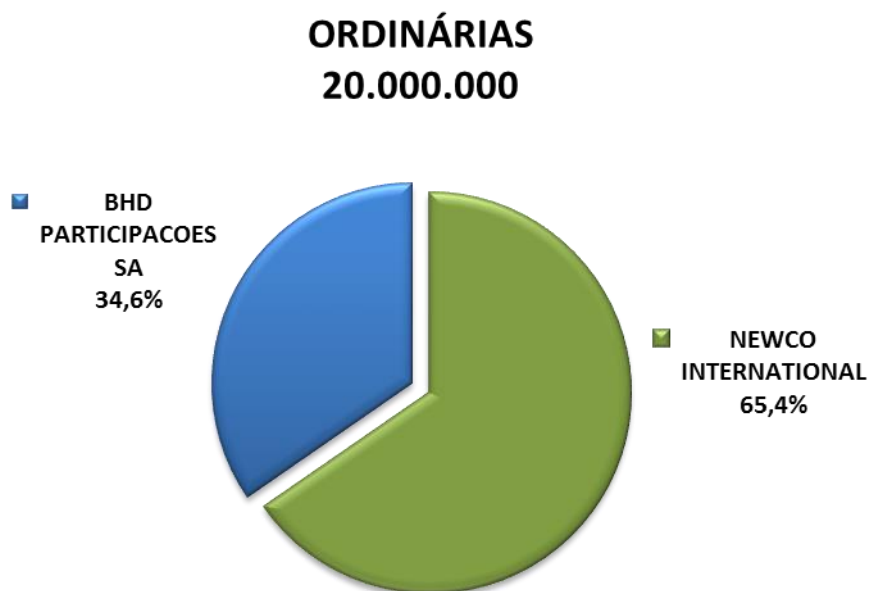
**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Controladora			Consolidado		
	31.12.16	31.12.15	31.12.2014	31.12.16	31.12.15	31.12.2014
Caixa e Bancos	7.773	16.828	11.142	9.451	17.939	11.914
Aplicações Financeiras	-	-	1.816	-	-	40.758
<b>Total</b>	<b>7.773</b>	<b>16.828</b>	<b>12.958</b>	<b>9.451</b>	<b>17.939</b>	<b>52.672</b>

**EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**Composição

	Taxa média de encargos %	Ano de Vencimento	Controladora			Consolidado		
			31.12.16	31.12.15	31.12.14	31.12.16	31.12.15	31.12.14
<u>Em moeda estrangeira:</u>								
Dólar norte-americano								
Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC/ACE)			-	-	5.356	-	-	5.356
Financiamento de máquinas e equipamentos (FINIMP)			-	-	1.489	-	-	1.489
<u>Em moeda local:</u>								
Arrendamento Mercantil	-	-	-	39	414	-	39	414
Financiamento de máquinas e equipamentos (FINAME)	4,79 a.a.	Jul/2017 a Set/2021	13.103	16.850	18.852	17.669	23.264	24.844
Capital de giro	22,2 a.a.	Jan/2017	46.404	115.112	110.999	46.404	115.112	110.999
Operação de Fomento (a)	3,5 a.m.		88.780	-	-	88.780	-	-
Conta Garantida	26,82 a.a.		1.509	-	-	1.509	-	-
<b>Total</b>			<b>149.796</b>	<b>132.001</b>	<b>137.110</b>	<b>154.362</b>	<b>138.415</b>	<b>143.102</b>
Circulante			130.282	87.224	81.112	131.943	89.094	82.539
Não circulante			19.514	44.777	55.998	22.419	49.321	60.563
<i>* por operação</i>								

(a) Do valor total da operação de fomento, R\$ 67,4 milhões estão garantidos por recebíveis.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:**

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

O capital social autorizado está dividido em 60.000.000 ações, sendo 20.000.000 ações ordinárias e 40.000.000 ações preferenciais. Em 31 de dezembro de 2016, o capital subscrito e integralizado é de 54.064.589 de ações, sendo 20.000.000 ações ordinárias e 34.064.589 ações preferenciais.

As ações preferenciais não têm direito a voto, porém têm o direito de preferência no recebimento de dividendos mínimos e garantia de um dividendo 10% superior ao dividendo pago aos acionistas titulares de ações ordinárias. Para as ações de qualquer espécie é assegurado dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor.

<b>R\$ MIL</b>	<b>2014</b>	<b>%</b>	<b>2015</b>	<b>%</b>	<b>2016</b>	<b>%</b>
Capital de Terceiros (1)	815.251	108,0%	948.268	135,2%	984.508	138,4%
Capital Próprio (2)	-60.268	-8,0%	-246.794	-35,2%	-273.409	-38,4%
<b>Total</b>	<b>754.983</b>	<b>100%</b>	<b>701.474</b>	<b>100%</b>	<b>711.099</b>	<b>100%</b>

(1) Capital de Terceiros corresponde a soma do Passivo Circulante e Passivo não Circulante ao final de cada exercício social.

(2) Capital Próprio corresponde ao Patrimônio Líquido ao final de cada exercício social.

**c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.**

A Companhia vem honrando seus compromissos financeiros assumidos com instituições financeiras e de crédito, bem como as renegociações com fornecedores realizadas ao longo do ano, dentro de um fluxo de caixa suportado pelos resultados da operação.

**d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas.**

A Companhia não efetuou investimentos relevantes em 2016 conforme previsto anteriormente, focando na identificação de oportunidades de rentabilização de seus produtos, bem como de oportunidades de redução de custos e despesas. Para o exercício de 2017, a Companhia permanecerá focada em capturar ações para melhoria da

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

rentabilidade, prevendo para o ano apenas os investimentos necessários para a manutenção da produção de seus produtos.

Dentre as principais fontes de financiamento para capital de giro no ano de 2016, pode-se citar a operação de fomento, com saldo em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 88,8 milhões, dos quais R\$ 67,4 milhões estão garantidos por meio de duplicatas a receber, e o montante de R\$ 21,4 milhões não estão garantidos por recebíveis. Atualmente a Companhia opera com as empresas “BS Fomento” e “Red Asset”. Em 2015 não houve operação de fomento.

A operação de capital de giro com instituições financeiras reduziu em 59,7%, de R\$ 115,1 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 46,4 milhões em 31 de dezembro de 2016.

**e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.**

A companhia utiliza a prática de antecipar seus recebíveis junto às instituições financeiras para as captações de giro, com relação à investimentos a companhia não tem planos de efetuar investimentos relevantes em 2017.

**f) Níveis de endividamento e características das dívidas, indicando: (i) contratos de empréstimos e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau e subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas a Companhia.**

**(i) contratos de empréstimos e financiamento relevantes;**

Os empréstimos e financiamentos da Companhia, estão apresentados no quadro abaixo:

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

	Taxa média de encargos %	Ano de Vencimento	Controladora			Consolidado		
			31.12.16	31.12.15	31.12.14	31.12.16	31.12.15	31.12.14
<u>Em moeda estrangeira:</u>								
Dólar norte-americano								
Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC/ACE)			-	-	5.356	-	-	5.356
Financiamento de máquinas e equipamentos (FINIMP)			-	-	1.489	-	-	1.489
<u>Em moeda local:</u>								
Arrendamento Mercantil	-	-	-	39	414	-	39	414
Financiamento de máquinas e equipamentos (FINAME)	4,79 a.a.	Jul/2017 a Set/2021	13.103	16.850	18.852	17.669	23.264	24.844
Capital de giro	22,2 a.a.	Jan/2017	46.404	115.112	110.999	46.404	115.112	110.999
Operação de Fomento	3,5 a.m.		88.780	-	-	88.780	-	-
Conta Garantida	26,82 a.a.		1.509	-	-	1.509	-	-
<b>Total</b>			<b>149.796</b>	<b>132.001</b>	<b>137.110</b>	<b>154.362</b>	<b>138.415</b>	<b>143.102</b>
Circulante			130.282	87.224	81.112	131.943	89.094	82.539
Não circulante			19.514	44.777	55.998	22.419	49.321	60.563
<i>* por operação</i>								

(a) Do valor total da operação de fomento, R\$ 67,4 milhões estão garantidas por recebíveis

O endividamento bancário líquido\* pode ser assim demonstrado:

	2016	Part. (%)	2015	Part. (%)	2014	Part. (%)
<b>Endividamento bancário líquido</b>	<b>77.536</b>	<b>100,0%</b>	<b>120.476</b>	<b>100,0%</b>	<b>90.430</b>	<b>100,0%</b>
Curto Prazo	64.568	83,3%	89.094	74,0%	82.539	91,3%
Longo Prazo	22.419	28,9%	49.321	40,9%	60.563	67,0%
Caixa e equivalente de caixa	(9.451)	-12,2%	(17.939)	-14,9%	(52.672)	-58,2%

*\*Não compõe o cálculo do endividamento bancário líquido, as operações com Fomento garantidas por meio de duplicatas a receber no valor de R\$ 67,4 milhões, considerando apenas a parte que não esta garantida por recebíveis, no montante de R\$21,4 milhões. Atualmente a Companhia opera com as empresas “BS Fomento” e “Red Asset”.*

- **outras relações de longo prazo com instituições financeiras;**

Em 31 de dezembro de 2016 nossos empréstimos e financiamentos bancários totalizaram R\$ 22,4 milhões, e estão distribuídos conforme tabela abaixo:

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Parcela não circulante**

Conforme nota explicativa nº 18, a parcela não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano de Vencimento	Controladora			Consolidado		
	31.12.16	31.12.15	31.12.14	31.12.16	31.12.15	31.12.14
2017			7.924			7.924
2018	3.699	17.516	32.771	4.261	17.516	32.771
2019	3.945	-	-	5.190	1.270	1.987
2020	5.393	14.627	-	6.491	16.499	2.577
2021	6.477	12.634	15.303	6.477	14.036	15.304
<b>Total</b>	<b>19.514</b>	<b>44.777</b>	<b>55.998</b>	<b>22.419</b>	<b>49.321</b>	<b>60.563</b>

**Garantias**

Os empréstimos em moeda local estão garantidos por equipamentos, vendas com recebimento futuro e avais da Companhia e suas controladas.

As operações da Companhia junto a fomentadora, BS Fomentos, estão garantidos por Marcas (Kalipto e NO ar) e estoques, no montante de R\$21.405, que são referentes à 10 dias de exposição e o restante são garantidos por duplicatas a receber.

- **grau e subordinação entre as dívidas;**

Não há grau de subordinação entre as dívidas.

- **eventuais restrições impostas a Companhia.**

Não há restrições impostas a Companhia.

**g) Os limites de utilização dos financiamentos já contratados**

Os limites para contratação dos financiamentos passam por aprovação do corpo diretivo antecedente a formalização junto às Instituições financeiras.

**h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.**

Abaixo as alterações mais significativas:



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

- Caixa e equivalentes de caixas – Em 31 de dezembro de 2016 o saldo é de R\$ 9,4 milhões, apresentando uma redução de 47% quando comparado a 31 de dezembro de 2015 – R\$ 17,9 milhões, para utilização do capital de giro operacional da Companhia.
- Contas a Receber de Clientes – Redução de 18% em 31 de dezembro de 2016 em relação ao mesmo período de 2015, em decorrência da gestão e conciliação de contratos de clientes.
- Estoques - Em 31 de dezembro de 2016 encerramos com um saldo de R\$ 52,6 milhões, apresentando uma redução de 32% quando comparado a 31 de dezembro de 2015 – R\$ 77,8 milhões, devido principalmente à gestão integrada do planejamento de estoque, entre as áreas de finanças, produção e comercial, privilegiando o caixa da Companhia.
- Tributos a Recuperar – Em 31 de dezembro de 2016 encerramos com um saldo de R\$ 28,3 milhões, apresentando um aumento de 136% quando comparado a 31 de dezembro de 2015 – R\$ 12,0 milhões, principalmente devido ao reconhecimento de créditos fiscais.
- Tributos Diferidos – Em 31 de dezembro de 2016 encerramos com um saldo devedor de R\$ 104,6 milhões apresentando um aumento de 397% quando comparado a 31 de dezembro de 2015 – saldo devedor de R\$ 21,0 milhões. Esse aumento decorreu principalmente do reconhecimento de créditos fiscais, referentes à prejuízos fiscais de períodos anteriores, que serão utilizados no programa de regularização tributária (PRT).
- Fornecedores – Em 31 de dezembro de 2016 encerramos com um saldo de R\$ 151,7 milhões, apresentando uma redução de 38% quando comparado a 31 de dezembro de 2015 - R\$ 243,9 milhões. Em relação ao montante no curto prazo, houve uma redução de 52% - R\$ 116,5 milhões em 31 de dezembro de 2016 ante R\$ 243,8 milhões no ano anterior – em decorrência das renegociações dos valores em atraso, com prazos de pagamento de até 36 meses, compatíveis com a geração de caixa da operação, gerando transferência de R\$ 35 milhões para o não circulante, além das operações com Fomento, as quais são utilizadas para pagamento a vista de fornecedores de matérias-primas, gerando obrigações com a fomentadora garantidas por meio de duplicatas a receber.
- Valores a Pagar (terceiros) - Em 31 de dezembro de 2016 encerramos com um saldo de R\$ 4,5 milhões, apresentando uma redução de 92% quando comparado a 31 de dezembro de 2015, em decorrência principalmente de redução de R\$ 27,5 milhões referente a reversão do valor a pagar com a Società Sportiva Lázio ("Lázio"), em sua totalidade. Os Administradores da Bombril em conjunto com seus assessores jurídicos entendem não haver mais nenhum risco de exigibilidade. Essa avaliação e conclusão é consubstanciada pela legislação cível italiana e suas respectivas regras para o período de prescrição.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

- Reservas de capital - Em 31 de dezembro de 2016 encerramos com um saldo de R\$ 104,3 milhões, apresentando um aumento de 4% quando comparado a 31 de dezembro de 2015 – R\$ 100,0 milhões, em decorrência das atualizações de juros das debêntures conversíveis em ações.

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro****10.2 Os diretores devem comentar;****(a) Resultados das operações do emissor, em especial.**

O resultado líquido da Companhia foi de R\$ 59 milhões (lucro) no exercício findo em 2016, apresentando melhora em relação ao exercício anterior cujo resultado apresentado foi de R\$ 376,9 milhões (prejuízo). Os fatores determinantes para a melhora do resultado foram: O plano de reestruturação da Companhia, com a revisão do portfólio, focando em produtos de maior rentabilidade e maior potencial de desenvolvimento de negócios; Redução do custo de produção com renegociações de matérias primas, mão-de-obra, energia e aumento de produtividade industrial e, redução nas despesas operacionais decorre de captura de oportunidades no processo de reestruturação, assim demonstrando a capacidade da Companhia em absorver os efeitos inflacionários, além do reconhecimento do ativo fiscal diferido que será utilizado em grande parte no programa de regularização tributária, cujo a adesão ocorreu em fevereiro de 2017, e do impacto positivo referente à variação cambial de controlada no exterior.

**(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.**

A companhia apresentou diminuição nos volumes de vendas, em decorrência ações de estratégias de revisão do portfólio, focando em produtos de maior rentabilidade e maior potencial de desenvolvimento dos negócios.

**(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.**

O resultado operacional da companhia em 2016 foi impactado pela redução do dólar de 17% na comparação com o ano de 2015, que gerou efeito positivo sobre os custos das matérias primas dos produtos Químicos. A inflação do período anterior para os produtos e serviços não indexados ao dólar foi de 6,3% (IPCA). O resultado financeiro foi impactado pela elevação da taxa Selic, onerando os juros sobre as operações financeiras e a correção dos parcelamentos de tributos da companhia.

## 10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

**10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes e impactos nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia.**

**a) Introdução ou alienação de segmento operacional;**

Não aplicável para a companhia no exercício de 2016.

**b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária;**

Não aplicável para a companhia no exercício de 2016.

**c) eventos ou operações não usuais;**

Cessão de marcas

Conforme informado ao mercado por meio de divulgação de fato relevante, em 14 de dezembro de 2016, a Companhia e uma sociedade por ela controlada celebraram contrato com a SC Johnson & Son Inc. e outras sociedades do seu grupo econômico (em conjunto, “Ceras Johnson”), pelo qual estabeleceram, essencialmente, a cessão à Ceras Johnson de um portfólio de marcas e de outros ativos relacionados à linha de produtos Lysoform.

A operação se insere no âmbito da Reestruturação já previamente informada, que envolve não só a alienação de ativos não estratégicos, mas, também, negociações construtivas com credores e investidores, e a revisão dos processos internos. Nesse sentido, importante mencionar que os recursos obtidos com a Cessão das Marcas serão totalmente revertidos para a manutenção da operação da Companhia, o que melhorará sua estrutura de capital.

Em sequência à assinatura do contrato celebrado entre as parte em 14 de dezembro de 2016 informado ao mercado por meio de divulgação de fato relevante, em 27 de janeiro de 2017, a Bombril S.A. (“Companhia”), em cumprimento do art. 157, § 4º, da Lei n.º 6.404/76 e nos termos da Instrução CVM n.º 358/02, comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que nesta data, e juntamente com uma sociedade por ela controlada, procedeu com o fechamento da operação relativa à cessão à S.C. Johnson & Son Inc. e outras sociedades do seu grupo econômico de um portfólio de marcas e de outros ativos relacionados à linha de produtos Lysoform, , tendo como contrapartida o pagamento de R\$ 47,590 milhões.

A operação ora concluída se inseriu no âmbito da reestruturação já previamente informada ao mercado por meio de divulgação de fato relevante publicados em 29 de fevereiro e 2 de agosto de 2016, a qual envolve não só a alienação de ativos não estratégicos, mas, também, negociações construtivas com credores e investidores, e a revisão dos processos internos (“Reestruturação”).

## 10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

### Emissão debêntures

Em 1º de fevereiro de 2017, a Bombril S.A. (“Companhia”), no contexto do processo de reestruturação, o Conselho de Administração aprovou, a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária (“Emissão”).

A emissão foi composta por até 25 (vinte e cinco) debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), podendo perfazer o valor total de até R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) (“Debêntures”).

As Debêntures serão emitidas em até 5 (cinco) séries de 5 (cinco) Debêntures cada. O prazo de vencimento será de 6 (seis) meses a contar da data de emissão de cada uma das séries que vier a ser estabelecida nos termos do “Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Cinco Séries” da Companhia celebrado nesta data (“Escritura de Emissão”), observada a data de emissão limite de 31 de dezembro de 2017.

As Debêntures da primeira, segunda e terceira séries foram emitidas no dia 2 de fevereiro de 2017 subscritas e integralizadas nos dias 7, 8 e 9 de fevereiro de 2017 respectivamente, perfazendo o valor total de R\$ R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) (“Debêntures”).

A remuneração das Debêntures contemplará juros remuneratórios pré-fixados de 2% (dois por cento) ao mês, capitalizados mensalmente, incidentes sobre o valor nominal unitário das Debêntures, desde a data de subscrição de cada uma das séries.

Os recursos captados por meio da Emissão serão utilizados pela Companhia para reforço do seu capital de giro.

### Programa de regularização tributária – MP RFB N°766/2017 (dou 05/01/2017)

Através da Medida Provisória nº 766, publicada no Diário Oficial da União em 05 de janeiro de 2017, o Governo Federal instituiu o PRT junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil (“RFB”) e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (“PGFN”).

Poderão ser quitados, na forma do PRT, os débitos de natureza tributária ou não tributária, vencidos até 30 de novembro de 2016, de pessoas físicas e jurídicas, inclusive objeto de parcelamentos anteriores rescindidos ou

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**

ativos, em discussão administrativa ou judicial, ou ainda provenientes de lançamento de ofício efetuados após a publicação desta Medida Provisória.

A adesão ao PRT ocorrerá por meio de requerimento a ser efetuado no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da regulamentação estabelecida pela RFB e pela PGFN.

Como em todo programa realizado nos últimos períodos, a adesão ao PRT implica em:

I – confissão irrevogável e irretratável dos débitos em nome do sujeito passivo na condição de contribuinte ou responsável e por ele indicados para compor PRT, nos termos dos art. 389 e art. 395 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil, e condiciona o sujeito passivo à aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Medida Provisória;

II – o dever de pagar regularmente as parcelas dos débitos consolidados no PRT e os débitos vencidos após 30 de novembro de 2016, inscritos ou não em Dívida Ativa da União;

III – a vedação da inclusão dos débitos que compõem o PRT em qualquer outra forma de parcelamento posterior, ressalvado o reparcélamento de que trata o art. 14-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002; e

IV – o cumprimento regular das obrigações com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

Comentários relacionados aos débitos no âmbito da RFB

Note-se que, não há redução para os juros, multa, multa de ofício e encargos legais, uma vez que possibilita a utilização de Prejuízos Fiscais (PF), Base negativa da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (BNCSLL), sendo incluída a novidade da possibilidade de utilização de créditos tributários administrados pela RFB para liquidação dos débitos.

O valor do crédito de PF e BNCSLL será formado mediante a aplicação das alíquotas da seguinte forma:

Descrição	Empresas em Geral	Instituições financeiras (incisos I a VII e X do §1º art. 1º da Lei Complementar nº 105/2001	Cooperativas de crédito (incisos IX do §1º art. 1º da Lei Complementar nº 105/2001
Prejuízo Fiscal	25%	25%	25%
Base Negativa da CSLL	9%	20%	17%

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**

O valor do PF e BNCSLL, passível de utilização, na forma da legislação vigente, é o relativo aos períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 2015 e declarados à RFB até 30 de junho de 2016, com as seguintes origens:

- a) Próprios;
- b) do responsável ou corresponsável tributário;
- c) empresas controladora e controlada, de forma direta ou indireta até 31 de dezembro de 2015 – inclui o conceito societário de controlada para aquelas que existe acordo de acionistas que assegure de modo permanente a preponderância individual ou comum nas deliberações, e o poder individual ou comum de eleger a maioria dos administradores.

Em fevereiro de 2017, a Bombril S.A. (“Companhia”), optou pela adesão ao programa de regularização tributária – demais débitos federais e débitos previdenciários respectivamente, desta forma optando por pagamento em espécie, de no mínimo, 24% (vinde e quatro por cento) da dívida consolidada em 24 (vinde e quatro) prestações mensais e sucessivas e liquidação do restante com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL ou com créditos próprios relativos aos tributos administrados pela RFB, conforme programa de regularização tributário, a Companhia terá um benefício com redução de débitos no montante de R\$ 149.322, conforme demonstrado a seguir:

Quadro demonstrativo de redução dos débitos tributários e débitos tributários parcelados.

Composição dos Débitos	Receita Federal	Previdenciário	Total
	R\$	R\$	R\$
Valor dos Débitos	169.599	26.878	196.477
Abatimento com crédito fiscais (76%)	- 128.895	- 20.427	- 149.322
<b>Saldo à Parcelar (24 prestações)</b>	<b>- 40.704</b>	<b>- 6.451</b>	<b>- 47.154</b>

Decisão STF: Exclusão do ICMS da Base do PIS/COFINS

Em 15 de março de 2017 foi julgado pelo STF, com decisão favorável aos contribuintes, o RE nº 574.706. Esse processo questiona a legalidade da incidência de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), com o argumento de que há uma bitributação, ou seja, tributo sendo calculado sobre tributo, o que onera a carga tributária de forma indevida.

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**

Desta forma, a Suprema Corte, por maioria, entendeu que o ICMS não pode integrar a base sobre a qual se calculam os tributos PIS e Cofins. A decisão possui repercussão geral, e deve ser observada por todas as instâncias do Poder Judiciário.

A Bombril S.A. questionou essa cobrança por meio do processo n.º 7493-87.2006.4.03.6114 (2006.61.14.007493-7), ajuizado em 18 de dezembro de 2006, com pedido de crédito retroativo aos últimos 5 anos, e processo n.º 5000174-31.2016.4.03.6114, ajuizado em 07 de abril de 2016, questionando mesmo objeto após a Lei n.º 12.973/14, com retroatividade ao início de sua vigência.

A Bril Cosméticos S.A. também questionou a referida cobrança quanto aos períodos anterior e posterior à Lei 12.973/14, com pedido retroativo aos últimos 05 anos, por meio da ação judicial de n.º 5000564-64.2017.4.03.6114, ajuizada em 14 de março de 2017.

As referidas empresas estão apurando o valor atualizado dos créditos relativos a cada processo, e as medidas legais exigidas para sua utilização.



**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****10.4 - Política de Práticas Contábeis. (03 últimos exercícios);****(a) mudanças significativas nas práticas contábeis;**

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade (Internacional Financial Reporting Standards "IFRS") emitidos pela International Accounting Standards Board "IASB" e interpretações emitidas pela International Financial Reporting Interpretations Committee "IFRIC", implantados no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis "CPC" e suas interpretações "ICPC" e orientações "OCPC", aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários "CVM".

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações contábeis consolidadas individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

Tendo em vista não existir diferença entre consolidado e controladora, o patrimônio líquido e o resultado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações contábeis consolidadas individuais e

**(b) efeitos significativos nas práticas contábeis;**

No exercício de 2016 e 2015 não tivemos mudanças significativas nas práticas contábeis, entretanto em 2014 com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis,

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações contábeis individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

Tendo em vista não existir diferença entre o Patrimônio Líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o Patrimônio Líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações contábeis individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto.

(c) **Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor;**

**Opinião com ressalva**

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Bombril S.A. (“Companhia”), identificadas como “Controladora” e “Consolidado”, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quantos ao possível efeito do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Bombril S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

**Base para opinião com ressalva**

Conforme comentado na nota explicativa nº 2.2., os registros contábeis da controlada Bombril Overseas Inc., correspondentes aos anos de 2002 a 2005, foram reconstituídos pelos Administradores desta controlada com base em cópia de documentos como contratos, planilhas de controle, entre outros elementos passíveis de verificação que serviram de base para reconstituição destes registros. Isto, tendo em vista que por motivos contrários a vontade da Administração desta controlada os documentos originais encontram-se em poder das autoridades italianas (comentários adicionais na nota explicativa nº10) e, portanto, indisponíveis. Em 31 de dezembro de 2016, a controlada possui ativos totais de R\$505.806 mil, patrimônio líquido de R\$504.420 mil e lucro

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

líquido do exercício de R\$90.170 mil. Consequentemente, não nos foi possível concluir se modificações relevantes provenientes dos anos de 2002 a 2005 anteriormente indicados deveriam ser efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, relativamente aos saldos iniciais desta controlada.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

**Ênfases****Transações com partes relacionadas**

Conforme comentado na nota explicativa nº12, a Companhia possui valores a receber e a pagar junto a determinadas empresas que são partes integrantes do grupo econômico de seu antigo acionista controlador (atualmente em processo de liquidação judicial) envolvendo as seguintes empresas: C&P Overseas Ltd., Cirio Brasil S.A., Agropecuária Cirio Ltda., C&P Capital Investment NV e Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A.. Quando da posse do atual acionista controlador (Newco International Limited), a nova Administração não teve oportunidade de reunir elementos suficientes e adequados para confirmação dos saldos das contas de ativo e de passivo junto às empresas anteriormente citadas. O principal fator desta indisponibilidade está relacionado ao fato de que uma parcela substantiva destes ativos e passivos ser da controlada Bombril Overseas Inc. cuja documentação contábil encontra-se arrestada e em poder das autoridades italianas. Diante deste cenário, a Administração da Companhia fundamentou a constituição da provisão ara perdas do valor integral dos ativos juntos a estas empresas no montante de R\$1.757.309 mil e a manutenção dos passivos atualizados de acordo com as premissas pactuadas a época de originação da dívida cujo montante atualizado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$392 mil.

**Debêntures conversíveis.**

Conforme comentando nota explicativa nº 24.4, em 16 de setembro de 2014 ocorreu à primeira emissão de debêntures conversíveis em ações da Bombril S.A., em série única, da espécie com garantia real, as quais foram objeto de colocação privada, cujo montante em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 75.679 mil.

**Demonstrações do valor adicionado**

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia.

Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## **10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

**10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: previsões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.**

**As políticas contábeis adotadas são:**

### **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez denominados em reais, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos não superiores aos 90 dias, ou para os quais inexitem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato com baixo risco de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

### **Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários, quando aplicável, são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

### **Contas a receber de clientes**

São apresentadas ao valor de realização e ao valor presente, se relevante. No período apresentado, o ajuste a valor presente calculado das contas a receber de clientes de curto prazo foi considerado não relevante. A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. É constituída com base em análise de risco de inadimplência de cada conta a receber e em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às prováveis perdas na realização dos créditos.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas****Estoques**

São avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método de absorção utilizando a média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos/indiretos e despesas gerais de produção. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

**Investimentos**

Nas demonstrações contábeis individuais, as informações das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

**Imobilizado**

O imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, formação ou construção deduzidos de depreciação, amortização e perda por redução ao valor recuperável. Melhorias nos bens existentes são acrescidas ao imobilizado e custos de manutenção e reparo são lançados a resultado quando incorridos. O saldo da reserva de reavaliação, conforme facultado pela Lei nº 11.638/07, será mantido até sua completa depreciação, que segue a vida útil do bem reavaliado.

As depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado com as taxas de depreciação e amortização demonstradas na nota explicativa nº. 14. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

**Intangível**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada ou provisão para perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis de vida útil indeterminada têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou sempre que há indicadores de perda de valor.

Ativos que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou método que reflita o benefício econômico do ativo intangível.

**Provisão para perdas do valor recuperável de ativos**

## **10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando o valor contábil líquido dos referidos ativos ultrapassa o recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o seu valor líquido de venda, essa diferença é reconhecida no resultado do exercício.

### **Arrendamento mercantil**

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo em empréstimos e financiamentos, pelo menor valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e o valor justo do ativo; acrescidos quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os ativos adquiridos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pelo método linear considerando sua vida útil estimada. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que estes pagamentos não sejam feitos nessa base.

### **Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

### **Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

#### **Correntes**

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do grupo, com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

#### **Diferidos**

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos registrados nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração

## **10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia venha a apresentar lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada período e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido aprovada. A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

### **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência ou obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### **Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

#### **n.1 Ativos Financeiros**

##### **Reconhecimento inicial e mensuração**

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ela se torna parte das disposições



## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, outras contas a receber e créditos com partes relacionadas.

### **Mensuração subsequente**

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

**Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. A Companhia classifica nesta categoria caixa e equivalentes de caixa.

**Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. A Companhia classifica nesta categoria as contas a receber e outras contas a receber.

**Ativos mantidos até o vencimento:** Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia classifica nesta categoria títulos e valores mobiliários.

**Ativos financeiros disponíveis para venda:** Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (i) empréstimos e recebíveis, (ii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iii) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Estes ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. A Companhia não classificou nenhum ativo financeiro nesta categoria nas datas dos balanços patrimoniais.

**Desreconhecimento (baixa):** Um ativo financeiro é baixado quando (i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; (ii) A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; (iii) A Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (iv) A Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

### **Mensuração dos ativos financeiros ao custo amortizado**

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e a Companhia os avalia em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

### **n.2 Passivos financeiros**

#### **Reconhecimento inicial e mensuração**

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantias (conta corrente com saldo negativo), empréstimos e financiamentos, contratos de garantia financeira e instrumentos financeiros.

#### **Mensuração subsequente**

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia não classificou nenhum passivo financeiro nesta categoria nas demonstrações contábeis consolidadas individuais e consolidadas.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Empréstimos e financiamentos: Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. A Companhia classificou nesta categoria as contas de empréstimos e financiamentos.

Desreconhecimento (Baixa): Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

### **n. 3 Combinação de negócios**

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição e o valor de qualquer participação de não controladores na aquisição.

Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuídos à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação por parte da adquirente, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

### **Participação nos lucros e resultados**

A Companhia mantém um plano para participação nos lucros e resultados que proporciona aos seus empregados o direito de participar nos lucros da Companhia. Os montantes registrados para participação nos resultados estão baseados na política de remuneração variável, caso sejam atendidas as metas de performance estabelecida.

### **Resultado por ação**

De acordo com o IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, a Companhia apresenta o cálculo do resultado por ação segregado da seguinte forma:

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

**Básico:** Calculado através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

**Diluído:** Calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias.

### **Reconhecimento da receita de vendas**

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas e os descontos sobre vendas quando conhecidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável. Os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador.

### **Moeda funcional**

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional de apresentação da Companhia.

A Bombril Overseas, localizada no exterior, possui corpo gerencial próprio, bem como independência administrativa e financeira, tendo como moeda funcional, o dólar (US\$). Portanto, seus ativos e passivos e resultados são convertidos pelo seguinte método: (i) Ativos e passivos convertidos pela taxa de fechamento; (ii) Patrimônio líquido convertido pela taxa em vigor nas datas das transações; (iii) Receitas e despesas convertidos pela taxa média, desde que não tenham ocorrido flutuações significativas do câmbio. Os efeitos das variações cambiais resultantes dessas conversões são classificados como outros resultados abrangentes e acumuladas no Patrimônio líquido.

As informações financeiras inseridas neste formulário de referência estão baseadas nas Demonstrações Financeiras Padronizadas de 31 de Dezembro de 2016, mas que, nos termos do fato relevante de 16 de maio de 2017, tais demonstrações deverão ser retificadas, conforme descrito no item 3.3 deste documento.

### **Demonstração do valor adicionado**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pelas normas expedidas pela Comissão

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

de Valores Mobiliários (CVM), como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e tampouco obrigatória à luz das IFRS.

### **2.4. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC e normas publicadas ainda não vigentes.**

**Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas.**

**A Companhia não adotou antecipadamente as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes:**

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros – substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.
- IFRS 15 - Receita de Contrato com Clientes - Estabelece princípios de divulgação de informações sobre a natureza, montante, prazos e incertezas de receitas e fluxos de caixa que se originem de contratos com clientes de uma entidade. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1 de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas informações contábeis.
- IFRS 16 – Arrendamento mercantil - Requer uma nova avaliação dos arrendamentos tanto dos arrendadores ou dos arrendatários, substituindo o IAS 17. A definição de arrendamento financeiro desaparece, deixando exceções para arrendamentos de curto prazo e itens de valor baixo, aplicável a períodos anuais com início em ou após 01/01/2019. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas informações contábeis.
- IFRS 2 – Classificação e mensuração de remuneração baseada em ações – Entre outras mudanças descreve sobre as modificações de opções para liquidação em ações, aplicável a períodos anuais com início em ou após 01/01/2018. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma revisada em suas informações contábeis.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

- Melhorias ao IFRS 10 e IAS 28 – Venda ou contribuição de ativos entre investidor e associada ou Joint Venture. Em Caso de venda ou contribuição de ativos entre investidor e associada ou Joint Venture, o efeito da transação somente seria reconhecida no resultado na medida que a transação for com um terceiro não relacionado, aplicável a períodos anuais com início em ou após 01/01/2018. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma revisada em suas informações contábeis.
- IAS 7 – Iniciativas de melhorias das divulgações - Descreve sobre divulgações que habilitam usuários a avaliar mudanças em passivos relacionados a atividades de financiamento, aplicável a períodos anuais com início em ou após 01/01/2017. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas informações contábeis
- IAS 12 – Reconhecimento de imposto de renda diferido para perdas não realizadas Descreve sobre o tratamento de diferenças temporárias, aplicável a períodos anuais com início em ou após 01/01/2017. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas informações contábeis

A Companhia está avaliando os impactos dos pronunciamentos anteriormente referidos, porém não espera efeitos significativos oriundos da adoção.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgados pela Companhia em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**JULGAMENTO, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS.**

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativa a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas caso se a revisão afetar apenas este período ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

A seguir são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada período de relatório, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

**(i) Imposto de renda e contribuição social**

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias e créditos fiscais consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovados pelos órgãos da Administração.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas****(ii) Teste de redução do valor recuperação de ativos**

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, a perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem as unidades geradoras de caixa identificáveis separadamente.

**(iii) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 23. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

**(iv) Vida útil dos bens**

A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada exercício do relatório. Para maiores detalhes sobre a vida útil dos bens estimados vide nota explicativa nº 14.



**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**

**10.6 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

**a) os ativos e passivos detidos do emissor, direta ou indiretamente, não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

**i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;**

A Companhia não possui ativos ou passivos, direta ou indiretamente, que não constem de suas demonstrações financeiras e das respectivas notas explicativas

**ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre os quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;**

Não existem carteiras de recebíveis baixadas sobre os quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades que não aparecem em seu balanço patrimonial.

**iii) contratos de futura compra e venda de produtos e serviços;**

Não existe contrato de futura compra e venda de produtos e serviços pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

**iv) contratos de construção não terminada.**

Não existem contratos de construção não terminada pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

**v) Contratos de recebimentos futuros de financiamento.**

Não existem contratos de recebimento futuros de financiamentos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

**b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras;**

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

**10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**

**10.7 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:**

**(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;**

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

**(b) natureza a propósito da operação;**

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

**(c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação:**

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

## **10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**

**10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**a) Investimentos incluindo:**

**i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.**

Para o exercício de 2017, a Companhia permanecerá focada em capturar ações para melhoria da rentabilidade, prevendo para o ano apenas os investimentos necessários para a manutenção da produção de seus produtos.

**ii) fontes de financiamento dos investimentos.**

Durantes os anos de 2014, 2015 e 2016, as principais fontes dos investimentos foram sua geração de caixa operacional e captação de recursos mediante empréstimos ou financiamentos, via Instituições Financeiras Créditos, tendo havido em 2014 captação de R\$ 66,0 milhões via emissão de debêntures, contraídas em sua totalidade pelos acionistas, para aplicação em Capex e amortização de dívidas bancárias de curto prazo.

**iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.**

Conforme mencionado no item 8.1 – Negócios Extraordinários, a Companhia realizou uma Cessão de Marcas em 14 de dezembro de 2016, informado ao mercado por meio da divulgação de Fato Relevante, referente à linha de produtos Lysoform com a S.C. Johnson & Son Inc.

**b) Aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.**

Em 2016 a Companhia não investiu de forma relevante em 2016, conforme previsto anteriormente, dando foco na identificação de oportunidades e rentabilização de seus produtos, bem como de oportunidades de redução de custos e despesas.

**c) Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos e**

**10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**

**serviços;(iii) projetos em desenvolvimentos já divulgados; (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos e serviços;**

No exercício findo em 2014 encerrou o ano com 29 marcas, 70 categorias e com 416 itens em seu portfólio. No ano de 2015 a Companhia encerrou com 27 marcas sendo 68 categorias e 359 itens e no ano de 2016, encerrou com 19 marcas sendo 52 categorias e 240 itens em seu portfólio, como forma de atualização permanente do mix de produtos, com vistas a melhoria da rentabilidade.

**10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**

**10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentado nos demais itens desta seção.**

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido informados nesta seção “10”.